

## O DESENVOLVIMENTO DO PRAGMATISMO AMERICANO<sup>1</sup>

John Dewey

Tradução de Cassiano Terra Rodrigues

O propósito deste artigo é definir as principais teorias dos movimentos filosóficos conhecidos sob os nomes de Pragmatismo e Instrumentalismo, ou Experimentalismo. Para fazê-lo, devemos traçar seu desenvolvimento histórico; pois esse método parece apresentar o jeito mais simples de compreender esses movimentos e, ao mesmo tempo, evitar certos desentendimentos correntes de suas doutrinas e seus objetivos.

A origem do Pragmatismo volta a Charles Sanders Peirce, filho de um dos mais celebrados matemáticos dos Estados Unidos<sup>2</sup>, e ele mesmo muito proficiente na ciência da matemática; ele é um dos fundadores da moderna lógica simbólica das relações. Infelizmente, Peirce absolutamente não era um escritor sistemático e nunca expôs suas idéias num sistema único. O método pragmático que ele desenvolveu aplica-se somente a um universo de discurso muito estreito e limitado. Depois de William James ter estendido o escopo do método, Peirce escreveu uma exposição da origem do pragmatismo tal como ele primeiro o concebera; é desta exposição que tomamos as passagens seguintes.

O termo “pragmático”, contrariamente à opinião daqueles que consideram o pragmatismo como uma concepção exclusivamente americana, foi-lhe sugerido pelo estudo de Kant. Na *Metafísica dos Costumes*, Kant estabelecia uma distinção entre *pragmático* e *prático*. O segundo termo se aplica a leis morais que Kant considera *a priori*, enquanto que o primeiro termo se aplica às regras da arte e da técnica que estão baseadas na experiência e são aplicáveis à experiência. Peirce, que era um empirista, com os hábitos mentais, conforme ele mesmo diz, do laboratório, consequentemente recusou chamar seu sistema de “practicalismo”, como alguns de seus amigos sugeriram. Como lógico, ele estava interessado na arte e na técnica do pensar de verdade, e particularmente interessado, na medida em que o método pragmático está em questão, na arte de tornar os conceitos claros, ou de construir definições adequadas e efetivas de acordo com o espírito do método científico.

Seguindo suas palavras, para uma pessoa “que ainda pensava em termos kantianos mais prontamente, ‘*praktisch*’ e ‘*pragmatisch*’ estavam tão distantes quanto os dois pólos da terra; o primeiro pertencendo a uma região de pensamento onde mente alguma do tipo experimental jamais pode estar certa de chão sólido sob seus pés, a última expressando relação com algum propósito humano definido. Ora, bem o traço mais notável da nova teoria

---

<sup>1</sup> N.E.: Primeiramente publicado em *Studies in the History of Ideas*, ed. Departamento de Filosofia, Universidade Columbia (New York: Columbia University Press, 1925), 2: 353-377. LW 2: 3-21. N.T.: Texto em inglês utilizado para esta tradução em *The Essential Dewey*, volume 1: Pragmatism, Education, Democracy. Edited by Larry A. Hickman and Thomas M. Alexander. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 1998, pp. 3-13.

<sup>2</sup> N.T.: Benjamin Peirce (1809-1880) foi um dos fundadores da escola de ciências de Harvard. Sua obra mais importante talvez seja *Linear Associative Algebra* [*Álgebra Linear Associativa*], onde aparece sua definição da matemática, retomada por seu filho Charles, como a ciência que extrai conclusões necessárias. Acreditava, em oposição a Bertrand Russell e Gottlob Frege (1848-1925), que a matemática poderia ser utilizada para analisar os fundamentos da lógica.

era seu reconhecimento de uma conexão inseparável entre a cognição racional e o propósito racional.”<sup>3</sup>.

Ao aludir ao tipo experimental de mente, somos trazidos à significação exata dada por Peirce à palavra “pragmático”. Falando de um experimentalista como um homem cuja inteligência é formada no laboratório, ele disse: “Qualquer asserção que você possa fazer a ele, ele ou entenderá como significando que se uma dada prescrição para um experimento puder alguma vez ser e alguma vez for levada a efeito em ato, uma experiência de uma dada descrição resultará, ou então ele não verá absolutamente sentido algum naquilo que você diz.” E assim Peirce desenvolveu a teoria de que “o teor [*purport*] racional de uma palavra ou outra expressão está exclusivamente em sua relevância concebível sobre a conduta da vida; de modo que, já que obviamente nada que pudesse não resultar de experimento pode ter alguma relevância direta qualquer sobre a conduta, se uma pessoa for capaz definir acuradamente todos os fenômenos experimentais concebíveis que a afirmação ou a negação de um conceito poderia implicar, ela terá aí uma definição completa do conceito.”<sup>4</sup>.

O ensaio no qual Peirce desenvolveu sua teoria traz o título: “Como tornar claras as nossas idéias”<sup>5</sup>. Há uma considerável semelhança aqui com a doutrina de Kant. O esforço de Peirce era interpretar a universalidade dos conceitos no domínio da *experiência* da mesma maneira em que Kant estabeleceu a lei da razão prática no domínio do *a priori*. “A significação racional de toda proposição está no futuro. (...) Mas, das miríades de formas em que uma proposição pode ser traduzida, qual é aquela que deve ser chamada de seu significado mesmo? De acordo com o pragmatista, é aquela forma em que a proposição se torna aplicável à conduta humana, não nestas ou naquelas circunstâncias específicas, nem quando alguém considera este ou aquele desígnio específico, mas aquela forma que é mais diretamente aplicável ao autocontrole sob toda situação, e a todo propósito.”<sup>6</sup> Assim, também, “o pragmatista não faz com que o *summum bonum* consista na ação, mas o faz consistir naquele processo de evolução pelo qual o existente vem cada vez mais a incorporar gerais ...”<sup>7</sup> - em outras palavras - o processo pelo qual o existente se torna, com ajuda da ação, um corpo de tendências racionais ou de hábitos generalizados tanto quanto possível. Essas afirmações de Peirce são completamente conclusivas com respeito a dois erros que são comumente cometidos no tocante às idéias do fundador do pragmatismo. Diz-se freqüentemente do pragmatismo que faz da ação a finalidade da vida. Diz-se também do pragmatismo que subordina o pensamento e a atividade racional a fins particulares de interesse e lucro. É verdade que a teoria, de acordo com a concepção de Peirce, implica essencialmente certa relação com a ação, com a conduta humana. Mas o papel da ação é o de um intermediário. Para ser capaz de atribuir um significado aos conceitos, uma pessoa deve ser capaz de aplicá-los à existência. Ora, é por meio da ação que essa aplicação é tornada possível. E a modificação da existência que resulta dessa aplicação constitui o verdadeiro significado dos conceitos. O pragmatismo está, portanto, longe de ser aquela glorificação da ação por si mesma, o que é considerado como a característica peculiar da vida americana.

<sup>3</sup> N.A.: *Monist*, v. 15, p. 163. N.T.: O artigo ao qual Dewey se refere é “What Pragmatism Means” [“O que é o pragmatismo?”], de 1905. Foi traduzido no Brasil por José Teixeira Coelho Neto, na coletânea *Semiótica* (São Paulo: Perspectiva, 1977), pp. 283-299.

<sup>4</sup> N.A.: *Monist*, v. 15, p. 162.

<sup>5</sup> N.A.: *Popular Science Monthly*, 1878. N.T.: Traduções no Brasil: 1) por Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg, na coletânea *Semiótica e Filosofia* (São Paulo: Editora Cultrix; Editora da USP, 1975<sup>2</sup>), pp. 49-70; e 2) por Renato Rodrigues Kinouchi, em *Ilustrações da Lógica da Ciência* (Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2008), pp. 59-87.

<sup>6</sup> N.A.: *Monist*, v. 15, p. 173-174.

<sup>7</sup> N.A.: *Monist*, v. 15, p. 178.

Deve-se notar também que há uma escala de aplicações possíveis de conceitos à existência, e, daí, uma diversidade de significados. Quanto maior a extensão dos conceitos, mais estes estarão libertos das restrições que os limitam a casos particulares, mais é possível para nós atribuímos a maior generalidade de significado a um termo. Assim, a teoria de Peirce é oposta a toda restrição do significado de um conceito à realização de um fim particular, e mais ainda a uma meta pessoal. É ainda mais fortemente oposta à idéia de que a razão ou o pensamento devessem ser reduzidos a serem servos de qualquer interesse que fosse pecuniário ou estreito. Essa teoria era americana em sua origem à medida que insistia sobre a necessidade da conduta humana e o cumprimento de alguma meta para clarificar o pensamento. Mas, ao mesmo tempo, ela desaprova aqueles aspectos da vida americana que fazem da ação um fim em si mesmo e que concebem os fins muito estreitamente e muito “praticamente”. Ao se considerar um sistema de filosofia em relação a fatores nacionais, é necessário ter em mente não somente os aspectos de vida que são incorporados no sistema, mas também os aspectos contra os quais o sistema é um protesto. Nunca houve um filósofo que merecesse o nome pela simples razão de que glorificasse as tendências e características de seu ambiente social; assim como também é verdade que nunca houve um filósofo que não tenha se apoderado de certos aspectos da vida de seu tempo e os idealizado.

O trabalho começado por Peirce foi continuado por William James. Em certo sentido, James estreitou a aplicação do método pragmático de Peirce, mas, ao mesmo tempo, ele o estendeu. Os artigos que Peirce escreveu em 1878 atraíram atenção quase nenhuma dos círculos filosóficos, que estavam então sob a influência dominante do idealismo neo-kantiano de Green<sup>8</sup>, de Caird<sup>9</sup> e da escola de Oxford, exceto aqueles círculos em que a filosofia escocesa do senso-comum mantinha sua supremacia. Em 1898, James inaugurou o novo movimento pragmático num discurso intitulado “Philosophical Conceptions and Practical Results” [*Concepções filosóficas e resultados práticos*], mais tarde reimpresso no volume *Collected Essays and Reviews* [*Ensaaios e resenhas coligidos*]<sup>10</sup>. Até mesmo nesse estudo precoce é possível facilmente notar a presença daquelas duas tendências de restringir e ao mesmo tempo de estender o primeiro pragmatismo. Depois de citar a observação psicológica de Peirce, segundo a qual “crenças são realmente regras para a ação, e toda a função do pensar é somente um passo na produção de hábitos de ação”, e segundo a qual toda idéia que formamos para nós mesmos de um objeto é na verdade uma idéia dos efeitos possíveis daquele objeto, ele expressou a opinião de que todos esses princípios poderiam ser expressos de maneira mais ampla do que Peirce os expressou: “O teste definitivo para nós de o que uma verdade significa é de fato a conduta que ela dita ou inspira. Mas ela inspira aquela conduta porque ela primeiro prediz alguma volta [*turn*] para nossa experiência que deve requerer exatamente aquela conduta da nossa parte. E eu devo preferir expressar o princípio de Peirce

<sup>8</sup> N.T.: Thomas Hill Green (1836-1882), filósofo e político inglês, pertencente à primeira geração do movimento idealista britânico, influenciado pelo historicismo metafísico de Hegel, também foi um dos cérebros por trás da filosofia do liberalismo social. Sua obra mais importante são os *Prolegomena to Ethics* [*Prolegômenos à Ética*]. No entanto, a crítica de James a Green mencionada por Dewey talvez se refira mais às suas *Lectures on the Principles of Political Obligation* [*Palestras sobre os Princípios da Obrigação Política*], em que Green discute e desenvolve idéias da lógica de Kant. Vale notar que o idealismo britânico foi uma reação às visões empiristas e associacionistas, então dominantes, defendidas por John Stuart Mill (1806-1873) e Alexander Bain (1818-1903). Segundo Peirce, é da definição de crença dada por Bain – uma crença é aquilo com base em que agimos – que o pragmatismo decorre quase como um corolário.

<sup>9</sup> N.T.: Edward Caird (1835-1908), filósofo escocês. Assim como Green, pertenceu à primeira geração do idealismo britânico. Exerceu forte influência sobre John Watson e Bernard Bosanquet, filósofos da segunda geração do movimento. Sua obra principal foi *A Critical Account of the Philosophy of Kant* [*Uma Interpretação Crítica da Filosofia de Kant*], publicada em 1877.

<sup>10</sup> N.T.: coletânea de artigos de James publicada em 1920.

dizendo que o significado efetivo de qualquer proposição filosófica pode sempre ser trazido para alguma conseqüência particular, na nossa experiência prática futura, seja ativa ou passiva; o ponto está antes no fato de que a experiência deve ser particular, do que no fato de que deve ser ativa.”<sup>11</sup>. Num ensaio escrito em 1908, James repete essa afirmação e afirma que toda vez em que emprega o termo “o prático”, ele quer dizer com ele “o distintivamente concreto, o individual, o particular e o efetivo como opostos ao abstrato, geral e inerte – ‘Pragmata’ são coisas na sua pluralidade – conseqüências particulares podem perfeitamente bem ser de uma natureza teórica.”<sup>12</sup>.

William James aludia ao desenvolvimento que ele dava à expressão de Peirce do princípio. Em certo sentido, pode-se dizer que ele alargou a direção [*bearing*] do princípio pela substituição da regra geral ou método aplicável à experiência futura pelas conseqüências particulares. Mas, em outro sentido, essa substituição limitou a aplicação do princípio, já que ela destruía a importância atribuída por Peirce à maior aplicação possível da regra, ou hábito de conduta – sua extensão à universalidade. Isso quer dizer que William James era muito mais nominalista do que Peirce.

Pode-se notar uma extensão do pragmatismo na passagem acima. Ali, James alude ao uso de um método de determinar o significado da verdade. Já que a verdade é um termo e conseqüentemente tem um significado, essa extensão é uma aplicação legítima do método pragmático. Mas deve ser observado que aqui este método serve somente para tornar claro o significado do termo “verdade”, e não tem nada a ver com a verdade de um juízo particular. A razão principal que levou James a dar uma nova cor ao método pragmático foi que ele estava preocupado com aplicar o método para determinar o significado de problemas e questões filosóficas e que, além do mais, ele escolheu submeter ao exame filosófico noções de natureza teológica ou religiosa. Ele desejava estabelecer um critério que habilitaria alguém a determinar se uma dada questão filosófica tem um significado autêntico e vital ou se, ao contrário, ela é trivial e puramente verbal; e, no primeiro caso, quais interesses estão em jogo, quando alguém aceita e afirma uma ou outra das duas teses em disputa. Peirce era acima de tudo um lógico; enquanto James era um educador e um humanista e desejava forçar o público em geral a imaginar que certos problemas, certos debates filosóficos têm uma importância real para humanidade, porque as crenças que trazem para o jogo levam a modos muito diferentes de conduta. Se essa distinção importante não é compreendida, é impossível

---

<sup>11</sup> N.A.: *Collected Essays and Reviews*, p. 412.

<sup>12</sup> N.A.: *O Significado de Verdade*, pp. 209-211. Numa nota de rodapé, James deu um exemplo dos erros que são cometidos em ligação com o termo “Prático”, citando M. Bourdeau, que escrevera que “o pragmatismo é uma reação anglo-saxã contra o intelectualismo e o racionalismo do espírito latino. (...) É uma filosofia sem palavras, uma filosofia dos gestos e dos atos, que abandona o que é geral e se apega somente ao que é particular.” Em sua palestra na Califórnia, James apresentou a idéia de que seu pragmatismo foi inspirado, numa medida considerável, pelo pensamento dos filósofos britânicos, Locke, Berkeley, Hume, Mill, Bain e Shadworth Hodgson. Mas ele contrastava seu método com o do transcendentalismo alemão, e particularmente com o de Kant. É particularmente interessante notar essa diferença entre Peirce e James: o primeiro tentava dar uma interpretação experimental, não *a priori*, de Kant, enquanto James tentava desenvolver o ponto de vista dos filósofos britânicos. N.T.: no livro de James, a referência é ao *Journal des Débats*, de 29 de outubro de 1907; não encontramos mais referências sobre o *Monsieur Bourdeau*. Shadworth Hodgson (1832-1912) foi um filósofo inglês. Nunca seguiu carreira acadêmica numa universidade, sempre trabalhou de maneira independente, mas mesmo assim foi o primeiro presidente da *Aristotelian Society*, de 1880 a 1894. Sua principal obra é *The Metaphysic of Experience [A Metafísica da Experiência]*, considerada também uma obra precursora do novo realismo estadunidense do início do século XX. N.T.: O escrito de James ao qual Dewey se refere teve seu prefácio traduzido no Brasil por Pablo Rubén Mariconda, no volume dedicado a James da coleção *Os Pensadores* (São Paulo: Abril Cultural, 1985).

entender a maioria das ambigüidades e erros que pertencem ao último período do movimento pragmático.

James tomou como exemplo a controvérsia entre teísmo e materialismo. Decorre desse princípio que se o curso do mundo é considerado como completo, é igualmente legítimo afirmar que Deus ou a matéria é sua causa. Por um caminho ou por outro, os fatos são o que são, e são eles que determinam o significado que for que deve ser dado à sua causa. Conseqüentemente, o nome que podemos dar a essa causa é inteiramente arbitrário. É inteiramente diferente se levamos o futuro em consideração. Deus, então, tem o significado de uma força [*power*] concernida com o assegurar o triunfo final de valores ideais e espirituais, e a matéria se torna uma força indiferente ao triunfo ou derrota desses valores. E nossa vida toma uma direção diferente conforme adotamos uma ou outra dessas alternativas. Nas palestras sobre o pragmatismo, publicadas em 1907, ele aplica a mesma crítica ao problema filosófico do Um e dos Muitos, quer dizer, do Monismo e do Pluralismo, assim como a outras questões. Dessa maneira, ele mostra que o Monismo é equivalente a um universo rígido onde tudo está fixado e imutavelmente unido aos outros, onde a indeterminação, a livre escolha, a novidade e o imprevisto na experiência não têm lugar; um universo que demanda o sacrifício do concreto e da complexa variedade das coisas em nome da simplicidade e nobreza de uma estrutura arquetônica. No que concerne às nossas crenças, o Monismo demanda um temperamento racionalista que leva a uma atitude fixa e dogmática. O Pluralismo, por outro lado, deixa espaço para a contingência, a liberdade, a novidade e dá completa liberdade de ação ao método empírico, que pode ser estendido indefinidamente. Aceita a unidade onde a encontra, mas não tenta forçar a vasta diversidade de eventos e coisas num molde racional único.

Do ponto de vista de um educador ou de um estudante, ou, se você quiser, daqueles que estão inteiramente interessados nesses problemas, nas discussões e controvérsias filosóficas, não há razão para contestar o valor dessa aplicação do método pragmático, mas não é menos importante determinar a natureza dessa aplicação. Ela propicia um meio de descobrir as implicações para a vida humana de concepções filosóficas que são tratadas freqüentemente como se de nenhuma importância e de uma natureza puramente dialética. Ela fornece um critério para determinar as implicações vitais de crenças que se apresentam a si mesmas como alternativas em qualquer teoria. Assim, como ele mesmo disse, “toda a função da filosofia deveria ser encontrar as influências características pelas quais você e eu passaríamos num determinado momento de nossas vidas, se um ou outra fórmula do universo fosse verdadeira”. Entretanto, ao dizer que toda a função da filosofia tem essa meta, parece que ele se refere antes ao ensino do que à construção da filosofia. Pois tal afirmação implica que as fórmulas do mundo já foram todas feitas, e que o trabalho necessário de produzi-las já foi finalizado, de modo que resta somente definir as conseqüências que são refletidas na vida pela aceitação de uma ou outra dessas fórmulas como verdadeiras.

Do ponto de vista de Peirce, o objeto da filosofia seria antes dar um significado fixo ao universo por meio de fórmulas que correspondem a nossas atitudes ou a nossos hábitos mais gerais de resposta ao ambiente; e essa generalidade depende da extensão da aplicabilidade dessas fórmulas a eventos futuros específicos. O *significado* dos conceitos de “matéria” e “Deus” deve ser fixado antes de podermos até mesmo tentar alcançar um entendimento acerca do *valor* de nossa crença nesses conceitos. O materialismo significaria que o mundo demanda, de nossa parte, uma única espécie de hábitos constantes e gerais; e Deus significaria a demanda por outro tipo de hábitos; a diferença entre o materialismo e o teísmo seria igual à diferença nos hábitos requeridos para encarar todos os fatos pormenorizados do universo. O mundo seria uno na medida em que nos seria possível formar

um único hábito de ação que daria conta de todas as existências futuras e seria aplicável a elas. Ele seria muitos na medida em que nos é necessário formar diversos hábitos, diferentes uns dos outros e irreduzíveis uns aos outros, para que seja possível encontrar os eventos no mundo e controlá-los. Em suma, Peirce escrevia como um lógico e James como um humanista.

William James conseguiu um novo avanço no Pragmatismo com sua teoria da vontade de acreditar, ou, como ele mesmo mais tarde a chamou, o direito de acreditar. A descoberta de conseqüências fundamentais de uma ou outra crença tem, sem dúvida, certa influência sobre aquela crença ela mesma. Se um homem aprecia a novidade, o risco, a oportunidade e uma realidade estética variiegada, ele certamente rejeitará qualquer crença no Monismo, quando perceber claramente a significação [*import*] desse sistema. Mas se, já desde o início, ele for atraído pela harmonia estética, as proporções clássicas, a fixidez até o ponto da segurança absoluta e da coerência lógica, é muito natural que deva levar fê no Monismo. Assim, William James considerou esses motivos de simpatia instintiva que desempenham um papel maior na nossa escolha de um sistema filosófico do que o fazem raciocínios formais; e ele pensava que deveríamos estar prestando serviço à causa da sinceridade filosófica se abertamente reconhecêssemos os motivos que nos inspiram. Ele também defendia a tese de que a maior parte dos problemas filosóficos, e particularmente aqueles que tangem campos religiosos, são de tal natureza que não são suscetíveis de evidência decisiva de um jeito ou de outro. Conseqüentemente, ele alegava o direito de um homem para escolher suas crenças não somente na presença de provas ou fatos conclusivos, mas também na ausência de toda prova assim. Acima de tudo quando ele é forçado a escolher entre um significado ou outro, ou quando, pela recusa em escolher, ele tem direito de assumir os riscos da fé, sua recusa equivale a uma escolha. A teoria da vontade de acreditar ocasiona mal-entendidos e até mesmo certo ridículo; e, portanto, é necessário entender claramente de que maneira James a usava. Estamos sempre obrigados a agir em qualquer caso; nossas ações, e com elas suas conseqüências, mudam efetivamente de acordo com as crenças que escolhemos. Além do mais, pode ser que, para descobrir as provas que em última instância serão a justificação intelectual de certas crenças – a crença na liberdade, por exemplo, ou a crença em Deus – seja necessário começar a agir de acordo com essa crença.

Em suas palestras sobre o Pragmatismo, e no seu volume de ensaios que traz o título de *O Significado de Verdade*, publicado em 1909, James estendeu o uso do método pragmático ao problema da natureza da verdade. Até agora consideramos o método pragmático como um instrumento para determinar o significado de palavras e a importância vital de crenças filosóficas. Aqui e ali fizemos aludimos às conseqüências futuras que estão implicadas. James mostrou, dentre outras coisas, que, em certas concepções filosóficas, a afirmação de certas crenças poderia ser justificada por meio da natureza de suas conseqüências, ou pelas diferenças que essas crenças fazem na existência. Mas então por que não levar o argumento ao ponto de sustentar que o significado da verdade em geral é determinado por suas conseqüências? Devemos não esquecer aqui que James era um empirista antes de ser um pragmatista, e repetidamente afirmava que o pragmatismo é simplesmente o empirismo levado às suas conclusões legítimas. De um ponto de vista geral, a atitude pragmática consiste em “olhar para longe das primeiras coisas, princípios, ‘categorias’, supostas necessidades; e de olhar para as últimas coisas, frutos, conseqüências, fatos”. É somente mais um passo aplicar o método pragmático ao problema da verdade. Nas ciências naturais há uma tendência para identificar a verdade em qualquer caso particular com uma verificação. A verificação de uma teoria, ou de um conceito, é levada adiante pela observação de fatos particulares. Mesmo a teoria física mais harmoniosa e científica é

meramente uma hipótese até que suas implicações, deduzidas pelo raciocínio matemático ou por qualquer outra espécie de inferência, são verificadas por fatos observados. Que direção, portanto, deve um filósofo empírico tomar, um filósofo que deseje chegar a uma definição da verdade por meio de um método empírico? Ele deve, se quiser aplicar este método, e sem trazer para o momento presente a fórmula pragmática, primeiro encontrar casos particulares com base nos quais ele então generaliza. Portanto, é em submetendo concepções ao controle da experiência, no processo de verificá-las, que uma pessoa encontra exemplos daquilo que é chamado de verdade. Portanto, qualquer filósofo que aplique esse método empírico, sem o menor preconceito em favor da doutrina pragmática, pode ser levado a concluir que verdade “significa” verificação, ou se se preferir, que verificação, ou efetiva ou possível, é a definição de verdade.

Ao combinar essa concepção de método empírico com a teoria do pragmatismo, chegamos a outros resultados filosóficos importantes. As teorias clássicas da verdade em termos da coerência ou da compatibilidade de termos e da correspondência de uma idéia com uma coisa recebem, por isso, uma nova interpretação. Uma coerência meramente mental sem verificação experimental não nos faz capazes de ir além do reino da hipótese. Se uma noção ou uma teoria pretende corresponder à realidade ou aos fatos, essa pretensão não pode ser colocada em teste e confirmada ou refutada a não ser fazendo-a atravessar por dentro do reino da ação e notando os resultados que ela produz na forma de fatos observáveis concretos, aos quais tal noção ou teoria leva. Se, ao agirmos com base nessa noção, somos trazidos ao fato que ela implica ou que ela demanda, então essa noção é verdadeira. Uma teoria corresponde aos fatos quando ela leva aos fatos que são suas conseqüências, pelo intermédio da experiência. E dessa consideração a generalização pragmática é extraída, a de que todo conhecimento é prospectivo em seus resultados, exceto no caso em que noções e teorias, depois de terem primeiro sido prospectivas em sua aplicação, já foram tentadas e verificadas. Teoricamente, entretanto, mesmo tais verificações ou verdades não poderiam ser absolutas. Elas seriam baseadas em certeza prática ou moral, mas estão sempre sujeitas a serem corrigidas por conseqüências futuras imprevistas ou por fatos observados que não foram considerados. Toda proposição concernente a verdades é, na verdade, em última análise, hipotética e provisória, embora um grande número dessas proposições tenha sido tão freqüentemente verificado sem falha que estamos justificados em usá-las como se fossem absolutamente verdadeiras. Mas, logicamente, a verdade absoluta é um ideal que não pode ser realizado, ao menos não até que todos os fatos sejam registrados, ou, como diz James, “ensacados” [*bagged*], e até que não seja mais possível fazer outras observações e outras experiências.

O Pragmatismo, então, se apresenta como uma extensão do empirismo histórico, mas com essa diferença fundamental, que ele não insiste sobre fenômenos antecedentes, mas sobre fenômenos conseqüentes; não sobre os precedentes, mas sobre as possibilidades da ação. E essa mudança no ponto de vista é quase revolucionária em suas conseqüências. Um empirismo que está contente com repetir fatos já passados não tem lugar para a possibilidade e para a liberdade. Não pode encontrar espaço para concepções gerais ou idéias, ao menos não mais do que considerá-las como sumários ou registros. Mas quando assumimos o ponto de vista do pragmatismo, vemos que idéias gerais têm um papel muito diferente a desempenhar do que o de registrar e relatar experiências passadas. Elas são as bases para organizar observações e experiências futuras. Ao passo que, para o empirismo, num mundo já construído e determinado, a razão ou o pensamento geral não tem outro significado do que aquele de recapitular casos particulares; num mundo onde o futuro não é uma mera palavra, onde teorias, noções gerais, idéias racionais têm conseqüências para a ação, a razão

necessariamente tem uma função construtiva. Não obstante, as concepções do raciocínio têm somente um interesse secundário na comparação com a realidade dos fatos, já que devem ser confrontadas com observações concretas.<sup>13</sup>

O Pragmatismo, assim, tem uma implicação metafísica. A doutrina do valor das conseqüências nos leva a tomar o futuro em consideração. E esse levar em consideração do futuro nos leva à concepção de um universo cuja evolução não está finalizada, de um universo que ainda está, nos termos de James, “em feitura”, “no processo de se tornar”, de um universo até certo ponto ainda plástico.

Conseqüentemente, a razão, ou o pensamento, nesse sentido mais geral, tem uma função real, embora limitada, uma função criativa, construtiva. Se formarmos idéias gerais e se as colocarmos em ação, serão produzidas conseqüências que não poderiam ser produzidas de outra maneira. Sob tais condições o mundo será diferente daquilo que tem sido se o pensamento não tivesse intervindo. Essa consideração confirma a importância moral e humana do pensamento e de sua operação refletiva na experiência. Portanto, não é verdade dizer que James tratava a razão, o pensamento e o conhecimento com desprezo, ou que ele os considerava como meros meios de ganhar proveitos pessoais ou até mesmo sociais. Para ele, a razão tem uma função criativa, limitada porque específica, que ajuda a fazer o mundo diferente do que teria sido sem ela. Ela torna o mundo realmente mais razoável; dá-lhe um valor intrínseco. Entender-se-á a filosofia de James melhor se se considerá-la em sua totalidade como uma revisão do empirismo inglês, uma revisão que substitui o valor da experiência passada, de o que já é dado, pelo futuro, por aquilo que até agora é mera possibilidade.

Essas considerações naturalmente nos trazem ao movimento chamado instrumentalismo. A vista geral que acabamos de dar da filosofia de James mostra que ele considerava concepções e teorias puramente como instrumentos que podem servir para constituir fatos futuros numa maneira específica. Mas James se devotou, ele mesmo, primordialmente aos aspectos morais dessa teoria, ao suporte que ela dá ao “meliorismo” e ao idealismo moral, e às conseqüências que decorrem dela acerca do valor sentimental e da relevância [*bearing*] de vários sistemas filosóficos, particularmente a suas implicações destrutivas para o racionalismo monista e para o absolutismo em todas as suas formas. Ele nunca tentou desenvolver uma teoria completa das formas ou “estruturas” e das operações lógicas que estão fundadas sobre essa concepção. O instrumentalismo é uma tentativa de estabelecer uma teoria lógica precisa dos conceitos, dos juízos e inferências em suas várias formas, principalmente pela consideração de como o pensamento funciona nas determinações experimentais de conseqüências futuras. Quer dizer, o instrumentalismo tenta estabelecer distinções universalmente reconhecidas e regras de lógica, derivando-as da função reconstrutiva ou mediativa prescrita à razão. Ele almeja constituir uma teoria das formas

---

<sup>13</sup> N.A.: William James disse, numa metáfora feliz, que elas devem ser “trocadas” [*cached in*], produzindo conseqüências específicas. Essa expressão significa que elas devem ser capazes de levar a fatos concretos. Mas para aqueles que não estão familiarizados com idiomas americanos, a fórmula de James foi tomada como se significasse que as conseqüências elas mesmas de nossas concepções racionais devem ser estreitamente limitadas pelo seu valor pecuniário. Assim, o sr. Bertrand Russell recentemente escreveu que o pragmatismo é somente uma manifestação do comercialismo americano. N.T.: Bertrand Arthur William Russell (1872-1970), 3º conde Russell, foi dos mais influentes filósofos, lógicos e matemáticos do século XX. Há várias críticas ao pragmatismo em seus trabalhos; por exemplo, em *Human Knowledge: Its Scope and Limits* [*Conhecimento Humano: seu escopo e seus limites*], de 1948, ele afirma que o pragmatismo é insustentável, por defender que podemos saber quais crenças nos levam ao “sucesso”, pois sem isso a teoria seria “inútil”; no entanto, para Russell, o objetivo do pragmatismo seria na verdade “glorificar a prática à custa da teoria”. N.T.: o livro de Russel foi traduzido no Brasil por Jaimir Conte (São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958).



gerais de concepção e raciocínio, e não deste ou daquele juízo ou conceito particular relacionado ao seu próprio conteúdo, ou a suas implicações particulares.

Até onde dizem respeito aos antecedentes históricos do instrumentalismo, dois fatores são particularmente importantes, além dessa questão de verificação experimental que já mencionamos com relação a James. O primeiro desses fatores é psicológico, e o segundo é uma crítica da teoria do conhecimento e da lógica que resultou da teoria proposta pelo idealismo neo-kantiano e exposta nos escritos lógicos de filósofos tais como Lotze<sup>14</sup>, Bosanquet<sup>15</sup> e F.H. Bradley<sup>16</sup>. Como já dissemos, a influência neo-kantiana foi muito marcada nos Estados Unidos durante a última década do século XIX. Eu mesmo, e aqueles que comigo colaboraram na exposição do instrumentalismo, começamos como neo-kantianos, da mesma maneira em que o ponto de partida de Peirce foi o kantismo e o de James o empirismo da escola britânica.

As tendências psicológicas que exerceram influência sobre o instrumentalismo são de natureza biológica, em vez de fisiológica. Elas estão, mais ou menos, intimamente relacionadas ao importante movimento cujo promotor na psicologia tem sido o doutor John Watson<sup>17</sup>, movimento ao qual ele tem dado o nome de behaviorismo. Brevemente, o ponto de partida dessa teoria é a concepção do cérebro como um órgão para a coordenação de estímulos sensoriais (aos quais se devem adicionar modificações causadas pelo hábito, pela memória inconsciente, ou o que chamamos hoje em dia de “reflexos condicionados”) para o propósito de efetuar respostas motoras apropriadas. Sobre a base da teoria da evolução orgânica, sustenta-se que a análise da inteligência e de suas operações deveria ser compatível com a ordem de fatos biológicos conhecidos, acerca da posição intermediária ocupada pelo sistema nervoso central em tornar possíveis respostas ao ambiente adequadas às necessidades do organismo vivo. É particularmente interessante notar que em *Studies in Logical Theory* [*Estudos em Teoria Lógica*] (1903), que foi sua primeira declaração, os instrumentalistas reconheceram o quanto deviam a William James, por ter forjado os instrumentos que usavam, enquanto ao mesmo tempo, no curso dos estudos, os autores constantemente declaravam sua crença numa íntima união dos princípios “normativos” da lógica e os processos reais do pensamento, na medida em que esses [processos] são determinados por uma psicologia objetiva ou biológica, e não por uma psicologia introspectiva de estados de consciência. Mas é curioso notar que os “instrumentos” aos quais é feita alusão não são as considerações que foram da maior utilidade a James. Eles precedem seu pragmatismo e é entre algumas das

<sup>14</sup> N.T.: Rudolf Herman Lotze (1817-1881), filósofo e lógico alemão, admirado, dentre outros, por Martin Heidegger, e criticado, dentre outros, por Charles Peirce. Lotze acreditava que, se o mundo físico é governado por leis mecânicas, relações e desenvolvimentos no universo poderiam ser explicados como o funcionamento de uma mente universal, descritível por leis lógicas formais deterministas. Por essas idéias, sua teoria foi confundida com as de Hegel e Schelling.

<sup>15</sup> N.T.: Bernard Bosanquet (1848-1923), filósofo e teórico político inglês, muito influente no pensamento político da Inglaterra no final do século XIX e início do XX, influenciado pelo idealismo alemão, pode ser contado entre os membros da chamada escola idealista britânica. Traduziu a *Lógica* de Lotze.

<sup>16</sup> N.T.: Francis Herbert Bradley (1846-1924), um dos mais famosos filósofos do idealismo britânico, autor de *Appearance and Reality* [*Aparência e Realidade*], *Essays on Truth and Reality* [*Ensaaios sobre a Verdade e a Realidade*] e *The Principles of Logic* [*Os Princípios da Lógica*]. Criticado por Bertrand Russell e George Moore, que recuperaram, contra seu idealismo, a tradição britânica do senso-comum, Bradley pode ser considerado precursor de certos pontos defendidos pela filosofia da linguagem contemporânea, por suas técnicas de descrição lingüística de palavras individuais para eliminar ambigüidades de sentido.

<sup>17</sup> N.T.: John Broadus Watson (1878-1958), psicólogo estadunidense, pioneiro da teoria do behaviorismo, ou comportamentalismo. Em seu artigo “Psychology as the Behaviorist Views It” [“A psicologia como o behaviorista a vê”], também conhecido como “Manifesto Behaviorista”, defendeu que a psicologia nada mais seria do que um ramo das ciências naturais, tendo como objetivo prever e controlar o comportamento.

páginas de seu *Princípios de Psicologia* que se deve olhar para eles. Essa importante obra (1890) desenvolveu, na verdade, duas idéias distintas.

Uma é a re-interpretação da psicologia introspectiva, na qual James nega que as sensações, imagens e idéias são discretas e na qual ele as substitui por um fluxo contínuo que ele chama de “fluxo de consciência”. Essa concepção necessita uma consideração das relações como parte intermediada do campo de consciência, tendo o mesmo status que qualidades. E por todo seu *Princípios*, James dá um toque filosófico a essa concepção, usando-a para criticar o atomismo de Locke e de Hume assim como o *apriorismo* da síntese de princípios racionais de Kant e seus sucessores, dentre os quais devem ser mencionados, na Inglaterra, Thomas Hill Green, que estava, à época, no auge de sua influência.

O outro aspecto de seu *Princípios de Psicologia* é de natureza biológica. Ele se mostra na sua força total no critério que James estabeleceu para descobrir a existência da mente. “A prossecução de fins futuros e a escolha de meios para sua obtenção são assim a marca e o critério da presença da mentalidade em um fenômeno”.<sup>18</sup> A força desse critério é mostrada plenamente no capítulo sobre a Atenção e sua relação com o Interesse, considerado como força que a controla, e sua função de seleção e integração; no capítulo sobre a Discriminação e a Comparação (Análise e Abstração), no qual ele discute a maneira em que fins a serem obtidos e os meios para obtê-los evocam e controlam a análise intelectual; e no capítulo sobre a Concepção, no qual ele mostra que uma idéia geral é um modo de significar coisas particulares, e não meramente uma abstração a partir de casos particulares ou uma função supra-empírica – que é um instrumento teleológico. James então desenvolve essa idéia no capítulo sobre o raciocínio, no qual ele diz que “o único significado de essência é teleológico, e que a classificação e a concepção são puramente armas teleológicas da mente”.

Poder-se-ia completar essa breve enumeração mencionando-se também o capítulo do livro de James em que ele discute a Natureza de Verdades Necessárias e os Efeitos de Experiência, no qual também afirma, em oposição a Herbert Spencer<sup>19</sup>, que muitos dos nossos mais importantes modos de percepção e concepção do mundo de objetos sensíveis não são os produtos cumulativos da experiência particular, mas, antes, mutações [*sports*] biológicas originais, variações espontâneas que são mantidas por causa de sua aplicabilidade a experiências concretas depois de terem sido criadas. Número, espaço, tempo, semelhança e outras “categorias” importantes poderiam ter sido trazidas à existência, ele diz, como uma consequência de alguma instabilidade cerebral particular, mas de jeito nenhum poderiam ter sido registrados na mente por influência externa. Muitos conceitos significantes e inúteis também surgem da mesma maneira. Mas as categorias fundamentais foram cumulativamente estendidas e reforçadas por causa de seu valor quando aplicadas a instâncias concretas e coisas da experiência. Portanto, não é a origem de um conceito, é sua aplicação que se torna o critério de seu valor; e aqui temos o todo do pragmatismo em seu embrião. Uma frase de James resume muito bem sua significação: “a noção popular de que a ‘Ciência’ é forçada sobre a mente *ab extra*, e de que nossos interesses nada têm a ver com suas construções, é completamente absurda.”

---

<sup>18</sup> N.A.: *Princípios*, v. 1, p. 8.

<sup>19</sup> N.T.: Herbert Spencer (1820-1903), filósofo inglês, representante do liberalismo político clássico e considerado pai da doutrina do darwinismo social, termo, aliás, que ele mesmo nunca usou. Em seu livro *System of Synthetic Philosophy* [*Sistema de Filosofia Sintética*], de 1860, Spencer analisou as sociedades humanas como sistemas evolutivos, descrevendo essa evolução em termos da expressão (por ele cunhada) “sobrevivência do mais forte”. Recebeu fortes críticas de vários filósofos e pensadores, dentre os quais Henry Sidgwick, Peirce, Marx e Paul Lafargue.

Dado o ponto de vista que acabamos de especificar, e o interesse vinculado a uma teoria lógica da concepção e do juízo, e daí resulta uma teoria com a seguinte descrição. As adaptações feitas por organismos inferiores, por exemplo, suas respostas efetivas e coordenadas aos estímulos, se tornam teleológicas no homem e, portanto, dão ocasião ao pensamento. A reflexão é uma resposta indireta ao ambiente, e o elemento de indireção pode ele mesmo se tornar maior e muito complicado. Mas ela tem sua origem no comportamento biológico adaptativo e a função última de seu aspecto cognitivo é um controle das condições do ambiente. A função da inteligência não é, portanto, a de copiar os objetos do ambiente, mas antes a de dar conta do jeito em que relações mais ou menos proveitosas com esses objetos podem ser estabelecidas no futuro.

Como esse ponto de vista tem sido aplicado à teoria do juízo é uma história longa demais para ser contada aqui. Devemos nos confinar aqui a dizer que, em geral, o “sujeito” de um juízo representa aquela porção do ambiente à qual uma reação deve ser feita; o predicado representa a resposta possível ou o hábito ou maneira em que uma pessoa deveria se comportar com relação ao ambiente; a cópula representa o ato orgânico e concreto por meio do qual a conexão é feita entre o fato e sua significação; e finalmente a conclusão, ou o objeto definitivo de juízo, é simplesmente a situação original transformada, uma situação que implica uma mudança tanto no sujeito original (inclusive sua mente) quanto no ambiente. A nova e harmoniosa unidade assim obtida verifica a relevância [*bearing*] dos dados que foram primeiramente escolhidos para servir como sujeitos e dos conceitos introduzidos na simulação durante o processo como instrumentos teleológicos para sua elaboração. Até que essa unificação final seja obtida, os dados perceptivos e os princípios conceituais, teorias, são, de um ponto de vista lógico, meramente hipóteses. Além do mais, a afirmação e a negação são intrinsecamente a-lógicas: são atos.

Esta passada de vista sumária dificilmente pode fingir ser ou convincente ou sugestiva. Entretanto, ao notar os pontos de semelhança e de diferença entre essa fase do pragmatismo e a lógica do idealismo neo-hegeliano, trazemos a público um ponto de grande importância. De acordo com a última lógica, o pensamento constitui, em última análise, seu objeto e até mesmo o universo. É necessário afirmar a existência de uma série de formas de juízo, porque nossos primeiros juízos, que estão mais próximos dos sentidos, conseguem constituir objetos somente de uma maneira fragmentária e parcial, até mesmo ao ponto de envolver em sua natureza um elemento de contradição. Disso resulta uma dialética que permite a cada tipo parcial e inferior de juízo passar para uma forma mais completa até que finalmente chegamos ao juízo total, no qual o pensamento que compreende o objeto inteiro ou o universo é um todo orgânico de distinções mentais inter-relacionadas. É evidente que essa teoria magnifica o papel do pensamento além de toda proporção. É um idealismo objetivo e racional que se opõe ao e é diferente do idealismo subjetivo e perceptivo da escola de Berkeley. O instrumentalismo, entretanto, prescreve uma função positiva ao pensamento, aquela de reconstituir o presente estágio de coisas, ao invés de meramente conhecê-lo. Como uma consequência, não pode haver degraus intrínsecos, ou uma hierarquia de formas de juízos. Cada tipo tem seu próprio fim, e sua validade é inteiramente determinada por sua eficácia na busca de seu fim. Um juízo perceptivo limitado, adaptado à situação que deu seu nascimento, é tão verdadeiro em seu lugar como é o juízo filosófico ou científico mais completo e significativo. A lógica, portanto, leva a uma metafísica realista, na medida em que aceita as coisas e eventos pelo que são, independentemente do pensamento, e a uma metafísica idealista, na medida em que contrapõe que o pensamento dá origem a atos distintos que modificam fatos e eventos futuros de maneira tal a torná-los mais razoáveis; ou seja, mais adequados aos fins que propomos a nós mesmos. Esse elemento ideal é cada vez mais

acentuado pela inclusão de fatores sociais progressivamente no ambiente humano, além dos fatores naturais; de modo que as necessidades que são satisfeitas, os fins que são alcançados não são mais caracteristicamente biológicos ou particulares, mas incluem também os fins e atividades de outros membros da sociedade.

É natural que pensadores continentais [europeus] devam se interessar pela filosofia americana na medida em que ela reflete, em certo sentido, a vida americana. Assim, deveria ficar claro, depois desse rápido sobrevôo da história do pragmatismo, que o pensamento americano continua o pensamento europeu. Importamos nossa linguagem, nossas leis, nossas instituições, nossa ética e nossa religião da Europa, e adaptamo-los às novas condições de nossa vida. O mesmo é verdadeiro de nossas idéias. Por longos anos nosso pensamento filosófico foi só mero eco do pensamento europeu. O movimento pragmático que desenhamos no presente ensaio, assim como o neo-realismo, o behaviorismo, o idealismo absoluto de Royce<sup>20</sup>, o idealismo naturalista de Santayana<sup>21</sup>, todos são tentativas de re-adaptação; mas não são criações *de novo*. Têm suas raízes no pensamento britânico e europeu. Já que esses sistemas são re-adaptações, tomam em consideração os traços distintivos do ambiente da vida americana. Mas, como já foi dito, não estão limitados a reproduzir o que é gasto e imperfeito neste ambiente. Não almejam glorificar a energia e o amor da ação que as novas condições da vida americana exageram. Não refletem o excessivo mercantilismo da vida americana. Sem dúvida, esses traços do ambiente não foram sem certa influência sobre o pensamento filosófico americano; nossa filosofia não seria nacional ou espontânea se não estivesse sujeita a essa influência. Mas a idéia fundamental que os movimentos dos quais acabamos de falar têm tentado expressar é a idéia de que a ação e a oportunidade se justificam por si mesmas somente no grau em que tornam a vida mais razoável e aumentam seu valor. O instrumentalismo sustenta, em oposição a muitas tendências contrárias no ambiente americano, que a ação deve ser inteligente e refletida, e que o pensamento deve ocupar uma posição central na vida. Esta é a razão para nossa insistência sobre a fase teleológica do pensamento e do conhecimento. Se for para ser teleológico no particular e não somente verdadeiro no abstrato, isso provavelmente é devido ao elemento prático que se encontra em todas as fases da vida americana. Não importa como isso possa ser, aquilo em que insistimos sobre tudo o mais é que a inteligência seja considerada como a única fonte e única garantia de um futuro desejável e feliz. Está além de dúvida que o caráter progressivo e estável da vida e da civilização americana facilitou o nascimento de uma filosofia que considera o mundo como em formação contínua, onde ainda há lugar para um futuro real. Mas essa idéia não é exclusivamente americana, embora as condições da vida americana tenham ajudado essa idéia a se tornar autoconsciente. Também é verdade que os americanos tendem a subestimar o valor da tradição e da racionalidade consideradas como uma realização do passado. Mas o mundo

---

<sup>20</sup> N.T.: Josiah Royce (1855-1916), filósofo americano, defensor de um idealismo objetivo absoluto, recebeu fortes influências de Hegel, Lotze e Peirce. Sua obra mais famosa talvez seja *The World and the Individual* [*O Mundo e o Indivíduo*], onde expõe a visão metafísica segundo a qual todos os aspectos da realidade, inclusive aqueles que nos parecem contraditórios e desconexos, são unificados em última instância no pensamento de uma consciência que a tudo engloba. Tendo sido professor de lógica em Harvard, teve entre seus alunos Clarence Irving Lewis, Edward Veermilye Huntington e Henry Maurice Sheffer.

<sup>21</sup> N.T.: Jorge Agustín Nicolás Ruiz de Santayana (1863-1952) nasceu em Madrid, na Espanha, mas, por ter passado a maior parte de sua vida nos Estados Unidos da América e escrito sempre em inglês, ficou conhecido como George Santayana, e é considerado um “man of letters” estadunidense, tendo escrito poemas, ensaios, obras de filosofia e um romance de formação, considerado talvez o mais importante já escrito em inglês, chamado *The Last Puritan* [*O Último Puritano*]. Outras obras notórias suas são a autobiografia *Persons and Places* [*Pessoas e Lugares*], *The Life of Reason: Or, The Phases of Human Progress* [*A Vida da Razão: ou as Fases do Progresso Humano*] e *Three Philosophical Poets: Lucretius, Dante, and Goethe* [*Três Poetas Filosóficos: Lucrécio, Dante e Goethe*]. Assim como Josiah Royce, não teve obra alguma traduzida no Brasil.

também deu provas de irracionalidade no passado e essa irracionalidade está incorporada em nossas crenças e nossas instituições. Há más tradições assim como as há boas: é sempre importante distinguir. Nossa negligência das tradições do passado, com o que quer que essa negligência implique na maneira de empobrecimento espiritual de nossa vida, tem sua compensação na idéia de que o mundo está re-começando e sento re-feito sob nossos olhos. O futuro, assim como o passado, pode ser uma fonte de interesse e consolação e dar significado ao presente. O Pragmatismo e o experimentalismo instrumental dão proeminência à importância do indivíduo. É ele o mensageiro do pensamento criativo, o autor da ação e de sua aplicação. O subjetivismo é uma velha história na filosofia; uma história que começou na Europa, e não na América. Mas a filosofia americana, nos sistemas que temos exposto, deu ao sujeito, à mente individual, uma função prática em vez de epistemológica. A mente individual é importante porque somente a mente individual é o órgão de modificações nas tradições e instituições, o veículo de criação experimental. O individualismo parcial e egoísta na vida americana deixou sua marca em nossas práticas. Para melhor ou pior, dependendo do ponto de vista, ela transformou o individualismo estético e fixo da velha cultura européia num individualismo ativo. Mas a idéia de uma sociedade de indivíduos não é alheia ao pensamento americano; ela penetra até mesmo em nosso individualismo corrente, que é irrefletido e brutal. E o indivíduo que o pensamento americano idealiza não é um indivíduo *per se*, um indivíduo fixo em isolamento e instituído por si mesmo, mas um indivíduo que evolui e se desenvolve num ambiente natural e humano, um indivíduo que pode ser educado.

Se me fosse pedido para dar um paralelo histórico a esse movimento no pensamento americano, eu lembraria meu leitor da filosofia francesa do iluminismo. Todos sabem que os pensadores que fizeram aquele movimento ilustre foram inspirados por Bacon, Locke e Newton; o que os interessava era a aplicação do método científico e as conclusões de uma teoria experimental do conhecimento para assuntos humanos, a crítica e a reconstrução de crenças e instituições. Conforme escreve Höffding<sup>22</sup>, eram animados por “uma fé fervente na inteligência, no progresso e na humanidade”. E certamente não são acusados hoje, justo por causa de sua significação social e educacional, de terem buscado subordinar a inteligência e a ciência a metas utilitárias ordinárias. Eles meramente buscavam liberar a inteligência de suas impurezas e torná-la soberana. Mal é possível dizer que aqueles que glorificam a inteligência e a razão no abstrato, por causa de seu valor para aqueles que encontram satisfação pessoal na sua posse, estimam a inteligência mais verdadeiramente do que aqueles que desejam fazer dela o guia indispensável da vida intelectual e social. Quando um crítico americano diz que o instrumentalismo considera as idéias como meros servos que ajudam a promover o sucesso na vida, ele apenas reage, sem reflexão, às associações verbais ordinárias da palavra “instrumental”, como muitos outros têm reagido da mesma maneira para usar a palavra “prático”. De maneira semelhante, um recente escritor italiano, depois de dizer que o pragmatismo e o instrumentalismo são produtos característicos do pensamento americano, acrescenta que esses sistemas “consideram a inteligência como um mero mecanismo de crença e, conseqüentemente, tentam re-estabelecer a dignidade da razão ao fazer dela uma máquina para a produção de crenças úteis à ética e à sociedade.” Essa crítica não se sustenta. Não é de maneira alguma a produção de crenças úteis à ética e à sociedade que esses sistemas perseguem. É a formação de uma fé na inteligência, como a única e indispensável crença

---

<sup>22</sup> N.T.: Harald Höffding (1843-1931), educador, filósofo e psicólogo dinamarquês, considerado um dos fundadores do funcionalismo na psicologia, juntamente com William James. Partilha com este último a ênfase na natureza dinâmica e mutável da atividade mental, buscando descrever como o pensamento, as emoções e outros processos satisfazem as necessidades do organismo e como este se ajusta ao meio ambiente, além de buscar dar uma explicação da origem dos problemas psicológicos.

necessária à vida moral e social. Quanto mais uma pessoa aprecia o valor estético e imediato intrínseco do pensamento e da ciência, mais ela considera o que a própria inteligência acrescenta à alegria e à dignidade da vida, mais ela deve se sentir aflita com uma situação em que o exercício e a alegria da razão estão limitados a um grupo social estreito, fechado e técnico, e mais ela deve perguntar como é possível fazer com que todos os homens participem nessa riqueza inestimável.